



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 640038 - SP (2021/0012696-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TATIANE BOTTAN - SP332009  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : A Y DA S (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de A Y DA S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2243695-88.2020.8.26.0000).

O paciente foi sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, em razão da prática de ato infracional análogo ao delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que denegou o habeas corpus impetrado perante o Tribunal local, visando à revogação da internação provisória fixada na sentença.

O decisum impugnado foi assim ementado:

HABEAS CORPUS Execução - Unificação das execuções, considerada a medida de liberdade assistida absorvida pela de internação - Pretensão de substituição por medida em meio aberto Impossibilidade - Parecer técnico favorável - Não vinculação - Livre convencimento do magistrado - Incidência da Súmula nº 84 do TJSP - Hipótese que não se aplica a Recomendação CNJ 62/20 e o Provimento CSM 2546/20 - Substituição prematura - Risco justificado ao processo reeducativo - Necessidade de cautela- Decisão fundamentada- Precedentes - Ordem denegada.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja abrandada a reprimenda imposta na sentença, substituindo a medida extrema da internação por liberdade assistida.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração

e não está patente a alegada ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência